

## **Guilherme de Ockham:**

### *Credo et Intellego*

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.  
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em  
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato  
Grosso.

#### *Introdução*

Com Guilherme de Ockham consolida-se a separação entre fé e razão. O *Inceptor Venerabilis* critica a filosofia pela teologia. Para rebater o averroísmo Ockham opõe as duas ciências entre si. Na verdade, esta oposição já era pretendida pelos próprios averroístas. Todavia, no caso específico do averroísmo, a razão tinha a primazia, ou seja, ela era colocada, de certa forma, como superior à fé. Já em Ockham, o primado pertence à fé, e o resultado é similar ao do próprio averroísmo, qual seja, a completa separação entre fé e razão e filosofia e teologia. Contudo, diferentemente do averroísmo – ratificamos – Ockham tenta assegurar a superioridade da fé sobre a razão e não o inverso.

O nosso texto procura mostrar, em suas linhas gerais, quais os conceitos pelos quais Frei Guilherme propugna a completa separação entre fé e razão, começando por breve intróito às bases da sua epistemologia. Em seguida, como corolários espontâneos da sua epistemologia, buscaremos a distinção e a completa separação das duas ordens do conhecimento, a saber, a da filosofia e a da teologia. Posteriormente, empreenderemos esforços para deixar evidente como esta radical separação entre os dois domínios repercute na sua teologia, a partir da sua concepção da onipotência divina, que elimina qualquer possibilidade de a razão chegar a Deus por meio das criaturas. Por fim, passaremos a arrolar as principais consequências da sua crítica para a filosofia e para a teologia.

Consideremos, sucintamente, a epistemologia de Ockham.

## 1. A epistemologia de Ockham

Para Ockham, um conhecimento é certo se “(...) é imediatamente evidente ou se reduz a uma evidência imediata”<sup>1</sup>. Ora, Ockham distingue um *conhecimento certo e evidente* de *ciência* ou *sabedoria*: “(...) a evidência é um atributo do conhecimento bem diferente da ciência, ou da inteligência, ou da sabedoria (...)”<sup>2</sup>. Agora bem, o que diferencia, então, *evidência* de *ciência*, *inteligência* ou *sabedoria*? Para entendermos isto, importa fazermos uma outra distinção. Há, na ordem do conhecimento, dois modos de conhecer: o abstrativo e o intuitivo. Por conhecimento abstrativo não se entende aqui, necessariamente, o conhecimento de conceitos universais. Pelo contrário, o conhecimento abstrativo pode consistir em “(...) um simples saber a respeito de um objeto qualquer”<sup>3</sup>. Ele se diferencia do outro conhecimento, somente porque prescinde da existência ou presença do objeto conhecido.<sup>4</sup> De fato, “(...) um conhecimento abstrativo nunca nos poderá assegurar da existência de um fato contingente”<sup>5</sup>. Ademais, sempre que se tratar de um conhecimento meramente abstrativo, “(...) mesmo quando (este) se estabelece (por) relações necessárias entre as idéias, (isto) não nos garante de modo algum que as coisas reais se conformem à ordem das idéias”<sup>6</sup>.

Com efeito, se quisermos realmente saber se o objeto ou as relações entre as ideias que pensamos são tais como na realidade, precisamos estar de posse de uma outra forma de conhecimento, a saber, de um *conhecimento intuitivo*, que nos coloque de posse de uma *evidência imediata*.<sup>7</sup> Só o conhecimento intuitivo, que corresponde a uma *intuição sensível*, esclarece-nos acerca da existência do objeto. Só ele está em condições de colocar-nos a par de

---

<sup>1</sup> GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 797.

<sup>2</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>3</sup> BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. p. 537.

<sup>4</sup> *Idem. Ibidem*: “Em outras palavras, o conhecimento abstrativo prescinde da existência e da presença do objeto conhecido.” GUILHERME DE OCKHAM. **Ordinatio. Prólogo**, q.1. Trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1979: “De outro modo, ‘conhecimento abstrativo’ significa o que abstrai da existência e da não existência, bem como das outras condições que acontecem contingentemente às coisas ou delas são predicadas.”

<sup>5</sup> BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 537

<sup>6</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 797. (Os parênteses são nossos). GUILHERME DE OCKHAM. **Ordinatio. Prólogo**, q.1: “O conhecimento abstrativo, porém, é aquele em virtude do qual não se pode conhecer com evidência se uma coisa contingente existe ou não.”

<sup>7</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 797: “Se quisermos uma proposição que nos garanta ao mesmo tempo sua verdade e a realidade que ela afirma, precisaremos de uma evidência imediata, não mais simplesmente abstrata, mas intuitiva.” GUILHERME DE OCKHAM. **Ordinatio. Prólogo**, q.1: “O conhecimento intuitivo das coisas é um conhecimento em virtude do qual se pode saber se é ou não é, de modo que, se é, imediatamente o intelecto julga que ela é, conhecendo com evidência que ela existe (...)”.

um fato propriamente dito.<sup>8</sup> Destarte, todo conhecimento que pretenda acercar-se da existência das coisas precisa, necessariamente, ser fundado numa *intuição sensível*: “Daí resulta que o conhecimento sensível é o único certo quando se trata de alcançar existências”<sup>9</sup>. Não se trata de restringir o conhecimento ao mundo sensível ou de abolir o *conhecimento abstrativo*. De fato, se quisermos alcançar a certeza no âmbito do juízo, devemos forçosamente sair da esfera do sensível e chegar ao escopo do abstrativo. O fato é que, todo *conhecimento abstrativo*, isto é, toda *intuição intelectual*, só poderá ser comprovadamente verdadeira se proceder de uma *intuição sensível* correspondente.<sup>10</sup>

Por isso, na filosofia de Ockham, “Provar uma proposição consiste em mostrar seja que ela é imediatamente evidente, seja que ela se deduz necessariamente de uma proposição imediatamente evidente”<sup>11</sup>. Ora, uma evidência imediata é aquela que dimana de uma intuição sensível que lhe corresponda. Logo, em Ockham, é patente que “(...) um tal saber intuitivo de Deus nos permanece inacessível enquanto dependemos de nossas energias naturais”<sup>12</sup>. Sem embargo, como Deus não se encontra dentro do campo das nossas experiências sensíveis, é manifesto que dEle não podemos ter nenhuma intuição sensível. Donde nenhum conhecimento certo da sua existência nos seja possível. E não é só. Como todo conhecimento abstrativo, que se pretenda verdadeiro, precisa se fundar num conhecimento intuitivo correspondente, é evidente que “Também esta espécie de conhecimento nos é vedada em relação a Deus”<sup>13</sup>. Portanto, em Ockham, qualquer tentativa de se construir uma teologia filosófica está fadada ao fracasso.<sup>14</sup>

Num pensamento onde o único critério de demonstração científica está preso a uma base empírica, a teologia “(...) não é mais considerada ciência, mas sim um complexo de proposições mantidas em vinculação não pela coerência racional, e sim pela força de coesão

<sup>8</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 797: “O conhecimento intuitivo é o único que tem por objeto as existências e que nos permite alcançar os fatos.” OCKHAM. **Ordinatio**. *Prólogo*, q.1: “Portanto, o conhecimento abstrativo abstrai da existência e não-existência, porque, ao contrário do que ocorre com o conhecimento intuitivo, não se pode conhecer por ele, com evidência, se existe uma coisa existente de fato ou se não existe uma coisa inexistente.”

<sup>9</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 797.

<sup>10</sup> BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 537.

<sup>11</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 796.

<sup>12</sup> BOEHNER, GILSON. **História da Filosofia Cristã**. p. 541.

<sup>13</sup> *Idem. Ibidem*: “Antes, podemos ter simultaneamente um conhecimento intuitivo intelectual dos objetos percebidos intuitivamente pelos sentidos; e só esta intuição intelectual é suficiente para um juízo evidente, ainda que ela não exista, de fato, sem a intuição sensível, ao menos em nosso estado presente de peregrinos.”

<sup>14</sup> *Idem. Ibidem*: “Nem mesmo a partir da criatura podemos atingir a Deus por este modo; pois do conhecimento individual de uma criatura, o qual é apenas intuitivo ou abstrativo-singular, jamais poderemos ascender ao conhecimento singular de outro ser.”

da fé”<sup>15</sup>. De sorte que a própria *fé*, enquanto fundamento da *teologia*, não é, para a mesma teologia, um substituto da *evidência empírica*, e nem, por conseguinte, princípio ou conclusão de *demonstração* alguma. Na verdade, o que é de fé não é sequer provável do ponto de vista da razão natural; ao contrário, abandonados à pura razão, os artigos de fé parecem ser até mesmo falsos.<sup>16</sup> Vê-se assim que, na obra de Ockham, a filosofia é totalmente dispensada de oferecer os seus “préstimos” à teologia.<sup>17</sup> Para o *Inceptor Venerabilis*, a teologia consiste, unicamente, numa doutrina que trata das verdades relativas à nossa salvação<sup>18</sup> e cujo “método” é exclusivamente *a priori*. Desta feita, conquanto a *metafísica* possa também versar sobre certo número de verdades comuns à teologia, o seu “método” é rigorosamente diverso, visto que *a posteriori*.<sup>19</sup> Aliás, são por terem procedimentos de todo heterogênicos, que Ockham insiste em afirmar que, nem a teologia deve esperar se beneficiar com qualquer demonstração da metafísica, nem a metafísica pode pretender prestar qualquer auxílio à teologia.<sup>20</sup> São dois conhecimentos justapostos, que devem permanecer nitidamente separados.

Passemos à análise das bases teóricas pelas quais Ockham separa fé e razão, filosofia e teologia.

## 2. A separação entre razão e fé

Agora bem, foi partindo dos pressupostos gnosiológicos que acima estabelecemos sucintamente, que Ockham – mais do que a ninguém – apontou para a instabilidade do acordo

---

<sup>15</sup> REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2ª ed. Trad. Ivo Storniolo. Rev. Zolferino Tonon. São Paulo: Paulus, 2004.p. 299.

<sup>16</sup> GUILHERME DE OCKHAM. **Lectura Sententiarum**. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. 2ª ed. Trad. Ivo Storniolo. Rev. Zolferino Tonon. São Paulo: Paulus, 2004. p. 299: “Os artigos de fé não são princípios de demonstração nem conclusões, já que parecem falsos para todos, ou para a maioria ou para os sábios, entendendo por sábios os que se entregam à razão natural, já que só de tal modo se entende o sábio na ciência e na filosofia.”

<sup>17</sup> GILSON. **A Filosofia na Idade Média**. p. 815: “Em teologia, ela se traduziu por um ensinamento da Ciência Sagrada, que se colocará a partir de então como capaz de se bastar sem recorrer aos bons ofícios da filosofia.”

<sup>18</sup> *Idem. Ibidem*: “A teologia contém todas as verdades necessárias à salvação e todas as verdades necessárias à salvação são verdades teológicas (...)”.

<sup>19</sup> *Idem. Ibidem*: “Certamente a metafísica pode tratar de algumas delas (das *verdades salvíficas*), mas a teologia fala de Deus por métodos *a priori*, enquanto a metafísica fala apenas do ser, e por métodos *a posteriori*.” (O parêntese é nosso).

<sup>20</sup> *Idem. Ibidem*: “É por isso que nem a teologia deve contar com nenhuma demonstração metafísica, nem o conhecimento metafísico pode esperar provar nenhuma das verdades necessárias à salvação.”

entre razão e fé. Sem embargo, procedeu dele a mais veemente condenação à elaboração de uma filosofia subsidiária da teologia.<sup>21</sup> Para Frei Guilherme, a tentativa de uma síntese conciliadora entre razão e fé sempre pareceu inútil e danosa.<sup>22</sup> Por quê? Porque, antes de tudo, a filosofia baseia-se na *evidência lógica*, enquanto a teologia é toda orientada à *vida prática*. Ademais, a *moral teológica* é toda construída à *luz da fé*; a *filosofia*, ao contrário, deve permanecer no campo estritamente racional. Destarte, as duas ordens, , conclui Guilherme, são *assimétricas*.<sup>23</sup>

Além disso, ocorre que o *conhecimento racional* e o *conhecimento teológico* não devem ser somente *distintos*, mas *separados*.<sup>24</sup> O que isso significa? Significa que as *verdades de fé* são tudo aquilo – e somente aquilo – que não são as *verdades racionalmente cognoscíveis*. Por exemplo, em oposição às verdades alcançadas pela razão, as *verdades de fé* não são *princípios*: nem de *demonstração*, nem de *conclusão*. Desta sorte, não podem servir de *premissas* a nenhum *silogismo*. Além do mais, os *articula fidei* não são *evidentes à razão*; ao contrário, parecem *falsos* para todos aqueles que se atêm apenas à *especulação racional*.<sup>25</sup> Portanto, o âmbito das *verdades reveladas* é totalmente outro daquele que abarca as *verdades puramente racionais*.<sup>26</sup> Sendo assim, a filosofia não é e nem pode ser serva da teologia. Aliás, por carecer de *evidência lógica* e de *demonstração racional* em seus *princípios*, a teologia sequer pode arrogar a si o título de *ciência*. Ela baseia-se, exclusivamente, na *força persuasiva da fé*, enquanto que a *filosofia* se funda unicamente nos *princípios da razão*.<sup>27</sup> Donde a razão não poder prestar nenhum serviço ao *dado revelado* e nem poder esclarecê-lo melhor do que já faz a fé.<sup>28</sup>

---

<sup>21</sup> REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 615: “Mais do que a ninguém, Ockham tinha consciência da fragilidade teórica da harmonia entre razão e fé, bem como o caráter subsidiário da filosofia em relação à teologia.”

<sup>22</sup> *Idem. Op. Cit.*: “As tentativas de Tomás, Boaventura e Escoto no sentido de mediar a relação razão e fé com elementos aristotélicos ou agostinianos, através da elaboração de complexas construções metafísicas e gnosiológicas, pareciam-lhe inúteis e danosas.”

<sup>23</sup> *Idem. Op. Cit.*: “O Plano do saber racional, baseado na clareza e evidência lógica, e o plano da doutrina teológica, orientado pela moral e baseado na luminosa certeza da fé, são planos assimétricos.”

<sup>24</sup> *Idem. Op. Cit.*: “E não se trata apenas de distinção, mas sim de separação.”

<sup>25</sup> GUILHERME DE OCKHAM. **Lectura sententiarum**. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 615: “Os artigos de fé não são princípios de demonstração nem conclusões, não sendo nem mesmo prováveis, já que parecem falsos para todos, para a maioria ou para os sábios, entendendo por sábios os que se entregam à razão natural, já que só de tal modo se entende sábio *na ciência e na filosofia*.”

<sup>26</sup> REALE, ANTISERI. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. p. 615: “O âmbito das verdades reveladas é radicalmente subtraído ao reino do conhecimento racional.”

<sup>27</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A filosofia não é serva da teologia, que não é mais considerada ciência, mas sim um complexo de proposições mantidas em vinculação não pela coerência racional, mas sim pela força e coesão da fé.”

<sup>28</sup> *Idem. Op. Cit.* pp. 615-617: “A razão não está em condições de oferecer qualquer suporte para a fé porque não consegue tornar o dado revelado mais transparente do que pode fazê-lo a fé.”

As verdades de fé são *dons gratuitos* de Deus e assim devem permanecer.<sup>29</sup> Não seria honesto tentar conquistar com a *lógica* o que Deus já concedeu pela *graça*. De resto, todas estas verdades, por serem reveladas, já trazem no seu bojo a característica de serem *inatingíveis* pela *razão natural*.<sup>30</sup> Daí que a *razão humana* tem um *domínio* e uma *função* totalmente diversos do *domínio* e da *função* da fé.<sup>31</sup>

Passemos a considerar como esta total separação entre fé e razão repercute na teologia de Ockham, tomando como ponto de partida a sua concepção da *onipotência divina*.

### 3. A onipotência divina

Agora bem, valendo-se de uma verdade suprema, a saber, a *onipotência divina*, Ockham destrói toda a *metafísica da natureza*, seja a de cunho *aristotélico*, seja a de cunho *neoplatonizante*. Com efeito, que relação pode haver entre o infinito e o finito? Se a onipotência de Deus é infinita e infinita a sua liberdade criadora, qualquer comparação entre o Deus onipotente e a criatura finita servirá apenas para minimizar o atributo divino. A sabedoria divina é o próprio Deus, infinito e soberano. De sorte que qualquer tentativa de aproximar o *logos divino* do *logos humano* e colocar qualquer mediação entre o Criador e a criatura, não passará de um ranço de soberba herdado do *paganismo*.<sup>32</sup> O mesmo se pode dizer do *princípio de causalidade* e do próprio *método analógico*. Guilherme nega qualquer *semelhança* ou possibilidade de comparação entre a *onipotência* de Deus e a *contingência* das *criaturas*. Aduz, ademais, que existe um *abismo intransponível* e não uma *participação* entre o Deus *onipotente* e a sua *criatura*. Por conseguinte, não se pode ir do efeito à causa, ou seja,

---

<sup>29</sup> *Idem. Op. Cit.* p. 617. “As verdades de fé são dom gratuito de Deus e assim devem resultar.”

<sup>30</sup> *Idem. Op. Cit.* Não é honesto revestir de logicidade racional verdades que transcendem a esfera humana e descerram perspectivas que de outra forma seriam impensáveis e inalcançáveis.

<sup>31</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A razão humana tem domínio e função diferentes do domínio e da função da fé.”

<sup>32</sup> *Idem. Op. Cit.*: “(...) Ockham transformou outra verdade cristã, a suprema onipotência de Deus, em instrumento de dissolução das metafísicas do cosmos que se haviam cristalizado nas filosofias ocidentais de inspiração aristotélica e neoplatonizante. Se a onipotência de Deus é ilimitada e o mundo é obra contingente de sua liberdade criadora, então, diz Ockham, não há nenhuma vinculação entre Deus onipotente e a multiplicidade dos indivíduos finitos, singularmente, além do laço que brota do puro ato de vontade criadora da parte de Deus e, portanto, não tematizável por nós, mas conhecido apenas por sua sabedoria infinita. Então, o que são os sistemas de exemplares ideais, de formas platônicas ou de essências universais, propostos por Agostinho, Boaventura e Escoto como intermediários entre o Logos divino e a grande multiplicidade das criaturas, senão resíduos de razão soberba e pagã?”

das criaturas a Deus, como se houvesse qualquer *continuidade*, pelo simples motivo de que Deus é um *ser infinito* e as *criaturas* são *seres finitos*.<sup>33</sup>

Passemos às considerações finais deste trabalho, coligindo as principais consequências da crítica de Ockham para a filosofia e para a teologia.

### Conclusão

Para Ockham, a teologia torna-se autônoma a ponto de não mais necessitar dos préstimos da filosofia.<sup>34</sup> Ela comporta todas as verdades necessárias à salvação, bem como todas as verdades necessárias à salvação pertencem a ela.<sup>35</sup> O *Inceptor Venerabilis* reconhece que a metafísica pode tratar de algumas verdades concernentes à fé. Porém, o modo como as trata é completamente diferente do da teologia. A teologia fala de Deus pelo “*método*” *a priori*, a metafísica fala somente do ser e se vale do “*método*” *a posteriori*. Divergem-se, portanto, tanto por seus “*métodos*” quanto por seus *objetos formais*. Destarte, a teologia não pode prestar qualquer auxílio à filosofia. Por outro lado, também a filosofia não está em condições de fazer nada em prol da teologia.<sup>36</sup> Assim sendo, se outrora se tentava provar as verdades de fé pela razão, com Ockham, ao contrário, se tenta mostrar, pela fé, que tais verdades não são acessíveis à razão.<sup>37</sup> Por isso é que o seu lema não é: nem compreender para crer (*intelligo ut credam*), nem crer para compreender (*credo ut intelligam*), mas, sim, crer e entender (*credo et intelligo*).<sup>38</sup>

Ora bem, esta separação não visa depreciar a razão, mas devolver a ela os seus legítimos domínios e limites. Ao mesmo tempo, contudo, concede à teologia uma verdadeira

<sup>33</sup> *Idem. Op. Cit.*: “O mesmo pode ser dito (refere-se ao que foi dito na nota 12) das doutrinas da analogia, das causas e, antes, da metafísica do ser de Tomás de Aquino, que instituem relações reais ou de alguma continuidade entre a onipotência de Deus e a contingência das criaturas.” (O parêntese é nosso).

<sup>34</sup> GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. p. 815: “Em teologia, ela (O conjunto das teses de Ockham) se traduziu por um ensinamento da Ciência Sagrada, que se colocará a partir de então como capaz de se bastar *sem recorrer aos bons ofícios da filosofia*.” (O parêntese e o itálico são nossos).

<sup>35</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A teologia contém todas as verdades necessárias à salvação e todas as verdades necessárias à salvação são verdades teológicas.”

<sup>36</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Certamente a metafísica pode tratar de algumas delas, mas a teologia fala de Deus por métodos *a priori*, enquanto a metafísica fala apenas do ser, e por métodos *a posteriori*. É por isso que nem a teologia deve contar com nenhuma demonstração metafísica, nem o conhecimento metafísico pode esperar provar nenhuma das verdades necessárias à salvação.”

<sup>37</sup> REALE, ANTISERI. *Op. Cit.* p. 627: “Para ele, a verdadeira função do teólogo não é a de demonstrar pela razão as verdades aceitas pela fé, mas sim, da altura daquelas verdades, demonstrar a insuficiência da razão.”

<sup>38</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Não mais *intelligo ut credam*, nem mais *credo ut intelligam*, mas sim *credo et intelligo*.”

transcendência em relação à mesma razão<sup>39</sup>, já que, doravante, a razão em nada pode corroborar para a beleza da fé, senão que a contamina.<sup>40</sup> Em uma palavra: as verdades de fé se aceitam unicamente pela fé.<sup>41</sup> A fé é o único fundamento da vida e da verdade cristã.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Desse modo, Ockham pensa instituir um conceito de razão mais rigoroso, reduzindo-a aos seus legítimos limites, ao mesmo tempo em que salvaguarda a especificidade e a alteridade (em relação à razão) das verdades de fé.”

<sup>40</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Os ditames da fé estão presentes como puros ‘dados’ da Revelação na sua beleza original, sem os ouropéis da razão.”

<sup>41</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A sua aceitação (das verdades de fé) deve-se exclusivamente ao dom da fé.”

<sup>42</sup> *Idem. Op. Cit.*: “A fé é o fundamento da vida religiosa, assim como o é da verdade cristã.”

## ***BIBLIOGRAFIA***

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 794 a 816.

GUILHERME DE OCKHAM. **Ordinatio**. Trad. Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lectura sententiarum**. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 613 a 632.